



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS  
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL

NUANCES DE UMA PROFISSÃO: ATOS VIOLENTOS DE ALUNOS  
CONTRA PROFESSORES.

Ernani Carvalho da Rocha

Brasília – DF

2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS  
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL

NUANCES DE UMA PROFISSÃO: ATOS VIOLENTOS DE ALUNOS  
CONTRA PROFESSORES.

Ernani Carvalho da Rocha

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Brasília, 14 de Novembro de 2015.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS  
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL

NUANCES DE UMA PROFISSÃO: ATOS VIOLENTOS DE ALUNOS  
CONTRA PROFESSORES.

Ernani Carvalho da Rocha

ORIENTADORA:

MS ISABELLE BORGES SIQUEIRA

Prof Dr José Geraldo de  
Sousa Junior

Examinador

ROCHA, Ernani Carvalho da.

Nuances de uma profissão: atos violentos de alunos contra professores/ Ernani Carvalho da Rocha. – Brasília, 2015.

Pós-graduação – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientador: Ms. Isabelle Borges Siqueira, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED.

- 1- A violência engendrada aos aspectos sociais
- 2- Cenário educacional sob o viés da agressão contra professores.

ERNANI CARVALHO DA ROCHA

NUANCES DE UMA PROFISSÃO: ATOS VIOLENTOS DE ALUNOS  
CONTRA PROFESSORES.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do aluno.

Ernani Carvalho da Rocha

Prof Ms. Isabelle Borges Siqueira

Orientadora

Prof Dr José Geraldo de  
Sousa Junior

Examinador

Brasília, 14 de Novembro de 2015

## **Agradecimentos**

Agradecimento é o simples gesto efetivo e afetivo de reconhecer as pessoas que de alguma forma contribuíram para que seus objetivos fossem alcançados.

Desta forma, me arrisco em algumas linhas para mostrar a gratidão e a importância que a minha esposa teve ao longo dessa caminhada árdua e prazerosa.

À professora Isabelle pela dedicação, pela paciência e pelo cuidado pedagógico mostrado no decorrer da confecção deste trabalho.

Aos professores que participaram da pesquisa intrepidamente, compartilhando suas valorosas experiências docentes adornadas por angústias e esperanças.

## RESUMO

A violência paulatinamente vem ganhando destaque em diversos espaços públicos do Brasil. Não servindo como exemplo de exceção, os ambientes escolares também têm sido palco de violência, destacadamente, contra professores. Entretanto, compreender os fatores que compõem esse processo de violência é de suma importância para projetar mecanismos de enfrentamento e de medidas protetivas em prol dos professores. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa foi o de investigar as práticas de violência contra docentes no ambiente escolar. A metodologia deste trabalho teve como base a pesquisa-intervenção sob a perspectiva qualitativa, tendo como objeto de análise a discussão e diálogo entre professores de uma escola pública do Distrito Federal, cujo instrumento de discussão foi norteado por um questionário, em que foram indagadas questões que buscaram compreender quais foram os incidentes ocorridos, como as vítimas se sentiram, o que fizeram para se defender, promovendo, a partir disso, uma reflexão sobre o que podemos fazer para mudar esta realidade. Nesta pesquisa transitamos sobre os aspectos conceituais de violência e a compreensão do espaço em que incide atos violentos contra os professores, analisando e compreendendo como eles têm vivido diante do enfrentamento de violência no contexto educativo.

Palavras-chave: Educação, Violência, Agressão, Professores e Escola.

## ABSTRACT

The violence has become public subject in Brazil nowadays. Not an exception, school environment has been the scene of violence, mainly against teachers. However, to know the factors that comprehend this issue is a matter of necessity in order to create defense mechanisms and protective measures in favour of teachers. Therefore, the purpose of this research was to investigate violence against teaching staff in school ambient. The methodology was based on research-interference under a qualitative-point-of-view. The object of analysis was debates and dialogues between teachers from a Public School in Distrito Federal, Brasília. The instrument used on this research was a questionnaire, whit questions about the incidents occurred in classrooms, how the teachers feel about the episodes, what do teachers do to defend themselves, promoting, this way, a reflection about what can they do to change this reality. In this survey we transit between the conceptual aspects of violence and the comprehension about the context where it happens violent acts against teachers, analyzing and understanding how teachers has been lived and what they have been doing to handle the increase of violence in school.

Keywords: Education, Violence, Aggression, Teachers and School.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO/ JUSTIFICATIVA</b> .....	09
<b>OBJETIVOS</b> .....	11
Objetivos Gerais.....	11
Objetivos Específicos.....	11
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA ENGENDRADA AOS ASPECTOS SOCIAIS</b>	
1. Diferentes visões sobre a violência.....	12
<b>CAPÍTULO II - CENÁRIO EDUCACIONAL SOB O VIÉS DA AGRESSÃO CONTRA PROFESSORES</b>	
2. Agressão contra os professores no espaço escolar.....	16
2.1. O crescimento das agressões e a discussão atual diante de seu enfrentamento imbrincado aos Direitos Humanos.....	17
<b>METODOLOGIA</b> .....	21
<b>AÇÕES INTERVENTIVAS</b> .....	24
<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO</b> .....	27
<b>COMENTÁRIOS FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	35
<b>ANEXO I</b> .....	39

## INTRODUÇÃO/ JUSTIFICATIVA

Há algumas décadas, a violência vem garantindo um lugar de destaque nas manchetes de jornais impressos, revistas, telejornais e de outros meios de informações. Entretanto, apesar de chamar a atenção da mídia devido ao seu caráter rentável, a fim de fazer sensacionalismo com as mazelas que permeiam a sociedade e atrair mais consumidores para os seus periódicos, o caleidoscópio da violência forjado por atos corriqueiros como xenofobismo, homofobia, sequestro, assassinato, abuso sexual, violência escolar entre outras inúmeras atrocidades, nos traz a falsa sensação de que esse fenômeno é uma simples (re) produção social. Na mesma via, a banalização da violência alcançou os espaços públicos, oferecendo riscos a todos os seus autores.

Diante do avanço da violência em âmbito escolar, o interesse de compreender tal fenômeno tem início na experiência vivida ainda na minha infância como aluno, nos intramuros de uma escola pública de séries iniciais, marcada pelo medo e insegurança por parte dos pais, alunos e professores na cidade satélite de Ceilândia, no Distrito Federal, na década de 1980. Porém, o desejo de investigar o mote violência, ganha força somente após algumas décadas, com a minha inserção na prática docente, onde passei a conviver com experiências positivas e negativas de diversos colegas profissionais da educação. Entre as variadas queixas carregadas de desmotivação que surgiam nas conversas entre os professores, a violência era a principal vilã de abandono da profissão docente. Por outro lado, era perceptível o distanciamento da relação entre professor e aluno fomentado pela violência.

Neste contexto, a presente pesquisa leva em consideração atos violentos de alunos contra professores. A violência em seu sentido mais amplo, de acordo com Abramovay (2002, p.27), atos e gestos físicos estariam relacionados aos atos de matar, ferir, roubar, vandalizar, tráficar, drogar-se, violentar sexualmente; atos verbais que condizem a ameaças, humilhações e insultos; atos de comunicação que são silêncios, olhares e zombarias. Desta forma, a pesquisa é relevante para apontar aspectos existentes corriqueiramente no contexto escolar, os quais precisam ser analisados e compreendidos pelo cenário social.

O cenário midiático vem exacerbadamente apresentando situações que corroboram para a situação de violência que os professores se encontram no momento. Njaine e Minayo (2003, p.127) afirmam que a banalização da violência, bem como a sua exposição errônea corroboram para a sua maior incidência, pois “promove certa confusão de perspectiva sobre o real e o imaginário e, por consequência, uma banalização das relações sociais fundadas nas agressões e na eliminação do outro.” Assim, as situações que geram o contexto de violência

contra os professores são as mais diversas e, visando compreender o processo que tem ocorrido atualmente, emerge a necessidade de pesquisa sobre a questão da violência que cresce paulatinamente com o docente.

Objetivando alicerçar a pesquisa temos como fontes para esta pesquisa autores como Debarbieux (2002) que tece comentários sobre a dificuldade de conceituar a violência, Abramovay (2008) que constrói uma crítica sobre a abrangência que o tema violência vem ganhando sobre os diversos comportamentos sociais, Chesnais (1981) que explica a violência física grave e Debarbieux & Blaya (2002) que estudam a violência juvenil. Todos esses pesquisadores apresentam temas relevantes para a compreensão dessa temática elucidando a questão da violência que tem percorrido em nossa história.

Ao observar esse cenário, vê-se a necessidade de propor uma pesquisa intervenção que conglomere para medidas de proteção aos professores e para uma condição de respeito/segurança aos professores dentro das escolas.

Diante deste panorama, frequentemente noticiado pelos veículos de comunicações, surge a indagação de como e o porquê têm surgido essas ações conflituosas, que estão associadas ao contexto social em que os alunos estão inseridos, além das situações de risco, as quais conglomeram para a incidência de atos violentos em âmbito escolar.

As agressões contra os professores têm sido exercidas por diversos atores da comunidade escolar, tais como alunos, familiares dos alunos e até mesmo por gestores das escolas. Diante desses aspectos, o que é possível e deve ser feitos para mudar essa realidade?

Com estes questionamentos, o trabalho foi organizado em dois capítulos de fundamentação teórica, sendo que o capítulo I apresenta a violência engendrada aos aspectos sociais em que abarca as diferentes visões sobre ela. Já no capítulo II, a abordagem delinea o cenário educacional sob o viés de atos violentos contra os professores. Vale ressaltar que os subtópicos que se seguem evidenciam as agressões contra os professores no ambiente escolar, mostrando que o crescimento da violência demanda uma discussão atual acerca dos Direitos Humanos.

Em seguida, discorreremos sobre a metodologia utilizada, a qual se pautou na perspectiva da pesquisa-intervenção, sendo esta alicerçada no aspecto qualitativo, com procedimentos empíricos e investigativos dos sujeitos pesquisados. No capítulo seguinte, temos a análise e discussão dos resultados e as considerações finais que concluem esse trabalho.

## 1. OBJETIVOS

Em face da abordagem do fenômeno da ocupação gradativa dos atos violentos no espaço escolar e em especial sobre o professor como vítima no cotidiano de suas atividades específicas, este trabalho tem os seguintes objetivos:

### 1.1 Objetivo Geral

- Investigar sobre as práticas de atos violentos contra os docentes no ambiente escolar.

### 1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais tipos de agressão que os professores sofrem;
- Promover o debate com os docentes sobre atos violentos que sofrem dos alunos e a possibilidade de mudança desta realidade;
- Discutir com os professores a importância da educação dos Direitos Humanos dentro da escola.

## **CAPÍTULO 1: A VIOLÊNCIA ENGENDRADA AOS ASPECTOS SOCIAIS**

### **1. Diferentes visões sobre a violência**

A violência descortina uma gama de significados oriundas do meio social a que permeia. Um ponto relevante é o debate que circunda a questão das vulnerabilidades sociais referentes aos jovens em situações de risco na sociedade. Essas situações indicam jovens que pertencem a uma cultura própria e diante desse contexto desenvolvem sua subjetividade no âmbito social.

Nos segmentos sociais que compõem a sociedade, acreditamos que a incidência da violência é maior em alguns grupos sociais. Abramovay (2002) mostra que em comunidades mais pobres os índices de violência nas escolas podem ser mais altos, em especial, em escolas públicas. Ao apontar o destaque ao debate sobre vulnerabilidade social, propõe que a análise não é algo inerte, mas pertence ao processo atual de remodelações nas relações sociais, que implicam num novo sistema cultural e subjetivo do ser.

Ao adentrar nessa percepção, emerge a diversidade de situações e sentidos que identificam diferentes grupos, indivíduos, tipos de famílias ou domicílios e comunidades. Isso incide na questão social consoante ao processo que ocorre na cidade do Recanto das Emas, em que há um alto índice de violência, em âmbito geral.

*A priori*, para debater sobre a questão da violência, acreditamos que é necessário conceituar este fenômeno. Diversos autores têm se dedicado a este desafio e desenvolvido algumas visões sobre o tema violência. Sob esta perspectiva, algumas visões serão apresentadas neste capítulo, buscando abarcar nosso objeto de estudo dentro do contexto da cidade supracitada que tecerá associações à definição e a divisão apresentada por Abramovay, Cunha e Calaf (2009); Debarbieux e Blaya (2002); e Chesnais (1981). Assim, Abramovay, Cunha e Calaf definem abaixo que o ato de violência pode ser através de

(...) gestos e atos físicos (em que se encaixam as agressões e roubos), atos verbais (como ameaças, insultos, humilhações), atos de comunicação não-verbal (olhares, silêncios, zombarias ou isolamento do grupo), situações conflituosas, sociais (escravidão, racismo, desigualdade social ou de gênero,

dominação econômica etc.) ou relacionais (conflitos nas relações face a face), e tensões, isto é, forças contrárias que prolongam uma situação até os limites além dos quais uma cisão se produz e a tensão cede o lugar ao conflito aberto (2009,p.22).

A violência silencia as pessoas, freia o discurso devido aos pormenores que se revelam frente à violência física e a psicológica. Para os autores a definição de violência pode estar associada ao desemprego, a miséria, a fome, a exclusão social, as quais são violências perpetuadas pela sociedade contra os indivíduos que a formam, portanto, há instituição do poder da vontade de uma pessoa (sujeito da agressão) contra a outra (vítima da agressão).

A violência tem sido observada sistematicamente por diversos estudiosos, em diferentes campos da ciência, principalmente pela sociologia, psicanálise e a antropologia. Historicamente, as torres dos gráficos de pesquisa sobre o fenômeno da violência têm aumentado de maneira gradativa, assim podemos ver a seguir os índices de mortes causadas por violência no Brasil. Desde 1994 há um crescimento significativo de homicídios da população total e, simultaneamente, essa violência vem cada vez mais recrutando os jovens. No gráfico apresentado por Waiselfisz (2007, pag.01), podemos verificar esta percepção.

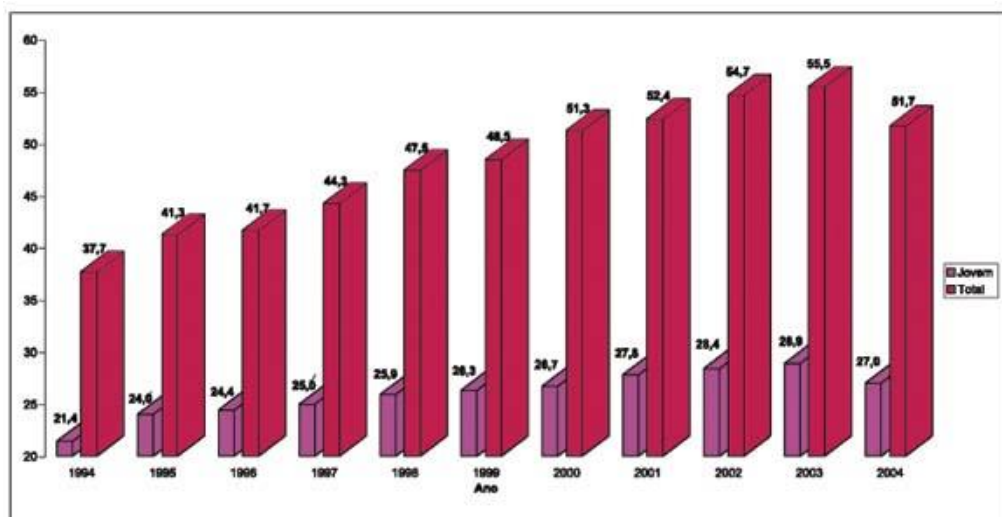


Gráfico 2 – Taxas de homicídios total e juvenil. Brasil, 1994/2004.

No entanto, entre as diversas situações desarmoniosas, um dos grandes desafios do fenômeno violência está no campo epistemológico, longe de um consenso conceitual. Segundo Debarbieux (1998), a dificuldade de definir o conceito violência, nos aproxima de incorrer em alguns erros. Segundo o autor, ao ampliar a definição sobre a violência, corre o risco de proporcionar uma dimensão exagerada, desta forma, tornando-a ininteligível. Por

outro lado, surge o iminente perigo de transsubstanciar comportamentos comuns em violência. Não obstante, uma compilação exacerbada, pode acabar negligenciando a micro violência, tornando-a em “trampolim” para a execução de atos graves de violência.

Reafirmando a mesma dificuldade de Debarbieux, em conceituar o mote violência, Abramovay (2008), tece uma crítica sobre a abrangência que o tema violência vem ganhando sobre os diversos comportamentos sociais. Desta forma, a autora entende que o termo violência está condicionado a diversos fatores, como o contexto histórico, local, cultural e o temporal. Contudo requer cautela, pois essa definição é dinâmica e mutável devido ao dinamismo na sociedade.

Já para Chesnais (1981), só existe um tipo de violência – violência física grave – que está subdividida em quatro partes: “homicídio (ou tentativa de homicídio), estupro (ou tentativa de estupro), danos físicos graves e roubo ou assalto armado”, denominando-a de “violência dura”. O autor ainda promove uma crítica aos intelectuais ocidentais, os acusando de fazerem o mau uso da palavra - violência moral ou simbólica – por manterem-se longe das mazelas, devido as suas boas condições de vida. Contrapondo-se a essa visão Abramovay (2006), porém, expõe que o restringimento da violência ao mero dano físico é um duro golpe as conquistas históricas dos direitos humanos. Portanto, tal ação levaria a ignorar gênero, raça, geração, classe e entre outros, temas que hoje são respaldados por lei.

Conforme Debarbieux e Blaya (2002), em relação aos jovens, diversos fatores desencadeiam a violência que os abarcam, tais como a impulsividade, o baixo desempenho escolar, os pais criminosos, a baixa renda familiar e a supervisão parental deficiente. Os autores afirmam que violência juvenil é aquela que tem a intenção de gerar danos físicos ou psicológicos, ocasionados por pessoas de idades entre 10 e 21 anos, aproximadamente. Sob esta concepção, vale mensurar ainda que muitas pesquisas realizadas desnudam os fatores de risco vinculados aos agressores de sexo masculinos associados aos ataques físicos.

Destacamos, ademais, que conforme Debarbieux e Blaya (2002) a violência infantil também está associada à violência juvenil, pois aquela é precedente a esta. Diante dessa reflexão, vislumbramos que os fatores de risco de violência prevê o comportamento violento tanto infantil quanto juvenil. Esses comportamentos violentos podem estar associados aos níveis de testosterona, companhias e influência de outras pessoas, controle dos pais, dentre outros. Eles apontam vários fatores de risco que incidem na violência juvenil, sendo eles os riscos:

psicológicos (forte impulsividade e baixa inteligência, possivelmente associadas funções executivas do cérebro), familiares (pouca supervisão,

disciplina severa, maus-tratos físicos, um pai violento, família numerosa, família desfeita), colegas delinquentes, baixa condição socioeconômica, residir em centros urbanos e em bairros de alta criminalidade. Entre os principais fatores de risco circunstanciais de curto prazo constam o consumo de bebidas alcóolicas e atos que conduzem a episódios violentos (por exemplo, a escalada de uma discussão trivial) (DEBARBIEUX E BLAYA, 2002, p.43).

Reforçamos assim, que para lograr êxito na prevenção e na intervenção no contexto que conglera para a violência juvenil dentro das escolas, contudo é preciso levantar pesquisas para identificar os principais fatores de risco da criminalidade. Desta forma, vê-se a relevância da implementação de métodos preventivos com trabalhos articulados aos alunos, além de ações protetivas para os professores. Para isso é necessário levantamentos de informações de fatores que corroboram para a violência nas escolas.

Quando se relata as questões que permeiam o cenário de violência devem ser observados múltiplos pontos que geram a construção de tal pensamento e ação. Abramovay, Cunha e Calaf (2009) elencam percepções sobre as ações e tensões violentas, as quais classificam em três tipos de violências: violência dura, microviolências ou incivildades e violência simbólica. Essas serão objetos de análise dos tipos de violência que permeiam o contexto escolar contra os professores:

As violências duras, como tratado anteriormente, se referem àqueles atos que podem ser enquadrados como crimes ou contravenções penais, ou seja, estão presentes nos códigos penais (lesão corporal, ameaças, roubo, furto, tráfico de drogas etc.). As incivildades são aqueles atos que não contradizem nem a lei, nem os regimentos dos estabelecimentos, mas as regras da boa convivência (desordens, grosserias). A violência simbólica, em síntese, é uma forma de dominação que se apoia em mecanismos simbólicos de poder que estruturam as sociedades e fazem com que as pessoas vítimas da violência não necessariamente a percebam como violência (ABRAMOVAY, CUNHA E CALAF, 2009, p.22-23).

Assim, ao discorrer sobre violência, consideramos que diversos professores são vítimas dos alunos dentro da escola ao sofrerem atos que podem ser caracterizados como violência, estando, corriqueiramente, reféns de um sistema que impunibilizam estas ações. Diante disso, é fundamental verificar planos de ações sob o viés social que seja contundente as medidas de intervenção e proteção diante desse panorama violento tão crescente no âmbito escolar. Assim, torna-se relevante e coerente com o tema, discorrermos sobre os atos violentos que ocorrem contra os professores nas escolas.



## **CAPÍTULO II: O CENÁRIO EDUCACIONAL SOB O VIÉS DE ATOS VIOLENTOS CONTRA PROFESSORES**

### **1. Violência contra professores no espaço escolar**

Longe de despertar consenso, a escola desencadeia diversos sentimentos em torno de seu papel social. Para Mendonça (2011), alguns acusam a de abandonar suas características tradicionais sobre os esteios da hierarquia e da disciplina, outros, de sustentar uma ordem hierárquica social, no entanto, é notório que a escola já não é um ambiente tão atrativo aos alunos. Althusser (1987) com sua teoria dos aparelhos ideológicos consolida bem a questão da hierarquia social bem como a questão da disciplina, pois alude que a classe explorada é objeto nas mãos da classe dominante, uma vez que, utiliza mecanismos de inculcação de ideologias pertinentes a classe dominadora. Isso se consubstancia no sistema capitalista que envolve a produção alicerçada na mão-de-obra da classe dominada, em que a classe dominadora visa manter-se no poder e nas relações de poder e sempre se apropria de relações sociais que manipulam e transmitem ideologias dominadoras.

Sob essa perspectiva, destacamos que o contexto escolar permeia infinitas formas de hierarquias sociais que determinam grupos diferentes de idades, de classes sociais e de características. Nogueira & Nogueira (2002) ressaltam o ponto de vista de Bourdieu sobre o capital cultural associado ao contexto familiar e a importância da atuação dela. O fator econômico é decisivo em algumas cenas que ocorrem no cenário escolar, pois incide nas desigualdades no espaço escolar. Quando os aspectos pertencentes à classe dominante são expostos e apresentados na escola como legítimos e únicos, corroboram para evidenciar as desigualdades sociais, isto é, a proeminência da hierarquia social na escola, isso tipifica as referências culturais da língua culta, e exclui as pessoas oriundas de meios culturalmente menos favorecidos.

No entanto, as relações estabelecidas entoam ora afinidades, ora situações de conflitos e desarmonia no ambiente escolar. O foco desta análise são as situações de violência que engendram problemas no âmbito escolar, os quais podem envolver alunos, professores, profissionais da educação e outras pessoas da comunidade, e a hierarquia social define a questão das diferenças sociais, havendo a discriminação da classe menos favorecida, que, por

exemplo, se enquadra a cidade do Recanto das Emas, fruto de um programa de erradicação de assentamentos do governo do Distrito Federal.

Contudo, frente às nuances dessas situações, tem-se chamado atenção para o crescimento exacerbado no índice de atos violentos contra os professores nos espaços escolares. Essas ações têm ocorrido nos seus mais variados tipos no cotidiano escolar, emergindo de uma forma multifacetada. A legislação brasileira avalia a questão de casos de violência, o Código Penal Brasileiro em seu Artigo 331 afirma que “Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela, acarretará em Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa”. Embora esta lei não se limite ao âmbito das instituições escolares, ela pode ser aplicada em defesa dos profissionais da educação. Entretanto, não podemos limitar-nos ao viés das leis, mas abarcar no cenário das escolas, pois essa situação de desrespeito e violência tem acontecido em vários segmentos da estrutura social.

### **1.1 – O crescimento de atos violentos e a discussão atual diante de seu enfrentamento imbrincado aos Direitos Humanos**

O surgimento de várias violências e desrespeito ao outro, conglomeram para a análise do contexto histórico dos Direitos Humanos. Contudo, podemos verificar que nas civilizações da antiguidade, os costumes tradicionais eram alicerçados como superiores aos demais povos, tendo como base os valores éticos. Portanto, para exaurir esses preceitos e valores apontados como universais dentro da cultura de um povo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos surge para apresentar uma nova concepção ética, ao abordar em seu artigo: “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos” (1948). Transitando no contexto histórico na evolução e mudança da concepção de Direitos Humanos: Unificação da humanidade, almejando exaurir as divisões nacionais, éticas, de gêneros, de sexo, de religião, dentre outras, englobando as diversidades culturais existentes.

Nesse contexto de direitos humanos surge a garantia de direitos em alguns segmentos na sociedade, dentre elas podemos citar a garantia de direitos no âmbito escolar. Eyng (2013) sugere que a superação das violências no contexto escolar é oriunda da visão das garantias de direitos existentes na questão universal de direitos humanos. As ações realizadas pela escola para efetivação das garantias ainda são inconsistentes. Desta forma, a escola deve atuar de forma emancipatória e transformacional sendo formas hierárquicas que sugerem o respeito ao outro.

No contexto educacional, temos várias leis que contemplam os direitos humanos sob a perspectiva da educação. A resolução do MEC/cne nº 1, de 30 de maio de 2015, propõe que existe “um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana” (Brasil, 2012). A resolução elenca as leis que abordam o tema de Direitos Humanos vinculados à propositura de educação, que são: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); (Brasil, 2012).

Portanto, a educação tem planos que visam à garantia dos direitos a todos os protagonistas que circundam o cenário social escolar: profissionais da educação, alunos, comunidade. O espaço escolar tem sido alvo de constantes atos violentos de aluno/aluno, aluno/professor, gestão/aluno. Um ponto a ressaltar que tem chamado atenção é o aumento gradativo de agressão contra alguns profissionais da educação, em especial, aos professores. Contudo, esses sofrem agressões por parte de alunos e isso nos faz repensar a questão dos Direitos Humanos sob a perspectiva dialógica. Como afirma Puzzo (2013), há um processo de relação entre o eu e outro no que tange o processo histórico-discursivo para lograr a apropriação da comunicação, isto é, o locutor e o ouvinte interagem por meio da palavra, para representar à coletividade e a relação existente entre eu e o outro. Sob esse viés, visa-se à tomada de medidas que intervenham contra essas ações e ainda medidas que protejam esses profissionais.

Para a garantia de uma proteção homogênea, é necessária a reorganização cultural dos sistemas de ensino a fim de se tornarem mais atenuantes sob a questão da violência, com ações e planos que contemplem paulatinamente a mobilidade de reflexões e instaurações de medidas que protejam os professores.

Vale ressaltar que têm sido realizadas diversas pesquisas que constataram o aumento das agressões físicas aos membros do corpo técnico-pedagógico, assim ganhando atenção pública. Uma dessas pesquisas é da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em que apresenta o Brasil no topo do *ranking* de violência contra professores na escola devido a pesquisas realizadas com professores e diretores que relatam terem sofrido agressões nas escolas.

Dentre eles, vale mencionar Mendes (2014) que realizou várias pesquisas em torno da vitimização de professores e a alunocracia em que evidenciam o forte sentimento de falta de respeito e de insegurança em relação às condições de espaço físico e psicológicas no ambiente escolar. A autora mostra estas percepções em sua pesquisa, em campo empírico, a qual utilizou questionários como recurso com a finalidade de investigar os tipos de violência sofridos por professores. No entanto, adentramos no campo de direitos humanos sobre o leque de formas de violência que os professores atualmente têm sofrido e que a autora citada intitula como “vitimização dos professores”, algo que tem levantado várias discussões em âmbito de políticas públicas. Portanto, com a pesquisa realizada pode-se compreender alguns processos que incidem nesse aumento de atos violentos contra os professores.

Outra pesquisa importante para compreender esse fenômeno foi realizada pela SEDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o apoio da RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana. Esta pesquisa buscou viabilizar um diagnóstico minucioso das realidades das escolas, visando embasar políticas e ações no contexto sensível da escola, no que tange as ações de violência em seu espaço institucional.

A temática vem galgando espaço nas discussões sobre os atos violentos nas escolas, sob a visão de várias perspectivas nas literaturas francesa, espanhola, estadunidense e brasileira e, ademais, remete-se a um fenômeno social e chama atenção pela ausência de políticas públicas e de ações do Estado. A violência está ligada à quebra de regras legais, que ataca a lei. Enlaçada a questão violência surge a necessidade de verificar as estratégias de intervenção visando a implementação de ações que induzam a melhoria da convivência nas escolas, associadas aos conteúdos curriculares, organizativos, projetos, conjuntos de mudança, de capacitação, de análises. Os projetos de intervenção tencionam prevenir atos violentos e buscar uma boa convivência, para que possam desenvolver ações que incidam em medidas de intervenção e protetivas.

Acreditamos que os discursos agressivos que são manifestados na atualidade contribuem para as representações sociais. Conforme afirma Rondelli (2000), estes, além de outras formas, também são inseridos socialmente por meio das comunicações midiáticas que paulatinamente levam a construção e ao dialogismo de construções de ideologias e concepções violentas. Mendes e Mousquer (2006) enfatizam essas construções relacionando-as aos professores a “vitimização simbólica, verbal e física”. A mídia tem focado nos direitos humanos dos adolescentes vinculados ao ECA, que por sua vez, nos traz a sensação de impunidade por parte dos infratores e agressores e principalmente, consolidada no pensamento juvenil que suas ações, sendo elas coerentes ou não, jamais

surtirão um efeito de puni-los. Segundo Mendes e Mousquer (2006), o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe muitas conquistas, mas sua errônea interpretação tem nos jogado numa avalanche de impunidade.

A discussão sobre agressão contra os professores tem merecido destaque, e os olhares de reflexões e análises frente ao tema tem sido ampliado. O debate sobre o combate aos atos violentos contra os professores aconteceu com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde a audiência pública visa estabelecer medidas protetivas aos professores. O projeto de lei proposto dispõe do Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores (PNAVE) e dá outras providências. O PNAVE visa estimular a reflexão sobre a violência física ou moral que é praticada contra educadores. A violência ocorre no exercício da atividade acadêmica e educacional exercida nas escolas e comunidades. Desta forma, enseja implementar medidas preventivas, cautelares e punitivas para situações de violência física ou moral.

Segundo o projeto de lei, uma das providências tomadas será o afastamento (definitivo ou temporário), do aluno ou funcionário que for infrator, dependendo da gravidade do delito que este vier a cometer, além da transferência do aluno infrator para outra comunidade escolar. O educador poderá requerer licenças no tempo que estiver sendo ameaçado, sem que haja prejuízo em seu salário. Os projetos tramitam no Congresso, contudo, os casos de agressões têm crescido de forma assustadora, tornando-se focos de debates e de discussões nacionais.

Na contramão do projeto supracitado, não vejo com bons olhos a medida de caráter punitiva contra o aluno infrator, uma vez que o papel da escola não é excluir o sujeito, mas sim, integrá-lo em um contexto social que o ofereça as mínimas condições para exercer sua cidadania, porém a atenção quanto ao perigo iminente precisa ser analisado para que o professor não seja acometido por mais violências. Por outro lado, a parte do projeto que toca o professor vítima de atos violentos é interessante, pois, dependendo da gravidade do trauma, possibilita-o de afastar de suas atividades para procurar serviços médicos sem prejuízo financeiro, dando assim, condições essenciais para sua recomposição física ou psicológica.

A partir dessa análise, podemos vislumbrar a percepção que gira em torno dos direitos humanos vinculados as ações de violência que permeiam o cenário da educação. Sob esse viés, surgem leis que respaldam a garantia de direitos sobre a questão da violência projetada para dentro das escolas. Desta forma, enseja a análise e a discussão sobre a pesquisa realizada com professores de uma determinada escola pública do Distrito Federal, na cidade do Recanto das Emas. Com isso, buscamos compreender os sentimentos de angústias e insegurança que

os professores têm vivido no ambiente escolar. Para tanto, alguns recursos metodológicos foram utilizados, os quais são descritos a seguir.

## 2 - METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa-intervenção e na defesa de monografia está calcada no aspecto qualitativo. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa foca a compreensão do grupo social, da organização, e não se limita a “representatividade numérica”. A intenção dessa perspectiva é a explicação dos porquês dos objetos de pesquisas em que elencam as questões cruciais do ápice da pesquisa. Para os autores supracitados, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Segundo os autores, as principais características da pesquisa qualitativa são:

(...) objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT e SILVEIRA, 2009.p.32).

Todavia, a pesquisa qualitativa possui algumas limitações e Gerhardt e Silveira (2009.p.32) alertam que:

o pesquisador deve estar atento para alguns limites e riscos da pesquisa qualitativa, tais como: excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta de dados; risco de que a reflexão exaustiva acerca das notas de campo possa representar uma tentativa de dar conta da totalidade do objeto estudado, além de controlar a influência do observador sobre o objeto de estudo; falta de detalhes sobre os processos através dos quais as conclusões foram alcançadas; falta de observância de aspectos diferentes sob enfoques diferentes; certeza do próprio pesquisador com relação a seus dados; sensação de dominar profundamente seu objeto de estudo; envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados.

Em consonância com esse pensamento, Godoy (2005) afirma que os dados coletados surgem pela perspectiva de anotações de campo, de transcrições de entrevistas, de

fotografias, de videoteipes, de desenhos e dentre outros documentos. Um atenuante importante é a análise dos dados realísticos, os quais proporcionam a compreensão do fenômeno estudado.

Desse modo, ressaltamos que a pesquisa qualitativa sob o viés da pesquisa-intervenção, proporciona aos ambientes alvos de pesquisas, debates e resoluções em grupos para os problemas comuns a serem equacionados. Besset (2008) afirma que quando o pesquisado tem voz na pesquisa consubstancia-se em agente social da prática da pesquisa. Desse modo, a pesquisa-intervenção aplica-se a uma opção política elitizada da perspectiva prática acadêmica, e não de face oriunda de algo que sofreu desvio de sua forma padrão.

No entanto, para Lopes da Rocha (2003), observamos a pesquisa-intervenção como dependência e relação da teoria e a prática, e ainda entre sujeito e objeto, tendo em vista à mudança imediata da ação instituída. Para Sato (2008, p.171) a pesquisa-intervenção deve:

[...] estar aberta às particularidades do contexto, em termos econômicos, culturais e psicossociais: a dimensão cultural e a singularidade das trajetórias das instituições e organizações coletivas estão fortemente presentes. A forma de aproximação dos “pesquisadores profissionais” com o coletivo e o trabalho realizado deixam entrever que o processo de desenvolvimento da “pesquisa-intervenção” é o resultado de um processo de negociação entre os envolvidos e que depende das circunstâncias presentes.

Contudo, a escolha do caminho científico qualitativo ocorreu devido à subjetividade do objeto de estudo (atos violentos contra o professor) e as diversas dificuldades de mensurar as particularidades que levam a tal ação. Já a escolha pela pesquisa-intervenção vislumbra promover ações que auxiliem no processo de construção de medidas protetivas aos professores, cujo viés delineia desenvolver ação no contexto educativo que ajudem os professores no enfrentamento as ações de agressões.

### **Sujeitos Participantes**

Sob a visão trabalhada nas reuniões pedagógicas, alguns conceitos norteadores sobre violência (violência direta e indireta) foram percorridos, segundo a ótica de Abramovay (2006). A discussão e a pesquisa foram conduzidas com 12 (doze) professores de diversas disciplinas (matemática, geografia, ciências da natureza, língua estrangeira – inglês, educação física, história) de uma determinada escola pública (centro de ensino fundamental-séries finais) do Recanto das Emas, visando melhor clareza sobre o tema abordado.

O critério de escolha dos professores se deu principalmente pela disponibilidade de tempo. Nas escolas de rede pública do Distrito Federal, os professores com a carga de 40

horas, gozam da prerrogativa da jornada ampliada. Que funciona da seguinte forma, 25 horas em atividades de regência de classe e 15 horas em coordenação pedagógica, ou seja, 37,5% da jornada de 40 horas (dentro destas horas, constam duas coordenações fora da escola). Portanto, a pesquisa ocorreu dentro das 15 horas destinadas para coordenação pedagógica. Em relação ao gênero, o grupo de professores está bem diversificado, respeitando a paridade, 06 (seis) homens e 06 (seis) mulheres.

### **Contextualizando o espaço da pesquisa**

O espaço físico da escola a ser estudada, é bem peculiar das escolas públicas do Distrito Federal, são constituídas por salas pequenas com pouca ventilação (geralmente, com os ventiladores danificados), tornando-se verdadeiras “estufas” em períodos que ocorrem altas temperaturas no Centro-Oeste brasileiro. Os grandes muros, as grades e as câmeras de vigilância, não fogem à regra da estética das demais escolas da rede pública do Distrito Federal. Porém, os supostos componentes antiviolação (muros, grades, catracas, câmaras de vigilâncias) adotados pelas escolas, vendem uma imagem falsa de segurança, e por vezes, acaba negligenciando o debate sobre a problemática em questão. E para compreendermos melhor a proposta indicada é importante conhecermos o histórico e os dados demográficos da Região Administrativa - RA XV - Recanto das Emas, local do Distrito Federal onde ocorreu a investigação.

Localizada a 25,8 quilômetros do Plano Piloto de Brasília, o Recanto das Emas tem como principal ponto de referência o monumento das emas, localizado na entrada da cidade. A referida cidade foi criada no dia 28 de julho de 1993 (Lei nº 510/93), sobre a égide do programa de assentamento do Governo do Distrito Federal, com o intuito de conter as invasões em diversas regiões administrativas.

Com uma população urbana estimada em 145.304 habitantes, segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2015, dados de 2013 comparados com o atual (2015), revelam uma significativa escala de crescimento demográfico de 2,24%, na cidade.

Com foco no gênero, observamos que a população feminina é majoritária com 51,15%, e no aspecto de cor ou raça declarada, a maioria da população declara ser parda.

Historicamente, o deslocamento populacional da região Nordeste para outras regiões do Brasil sempre foram intensas. Devido à fragilidade econômica, essa migração inter-regional proporcionou a cidade do Recanto das Emas a ter uma população preeminente oriunda do nordeste brasileiro.



A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-2015) traz alguns dados alarmantes sobre a escolaridade da população do Recanto das Emas, chamando atenção para o número de 106.112 mil pessoas que não estudam, ou seja, 73,03% da população total, não frequenta qualquer instituição de ensino. Sendo os que estudam, 23,63% estão matriculados em escolas públicas e 3,33% em escolas particulares. Outro fator intrigante é a quantidade de pessoas analfabetas que representam 2,26% dos moradores. Como consequência da baixa escolaridade, a população da Região Administrativa XV, por muitas vezes, torna-se refém dos menores salários, das piores funções e das atividades menos qualificadas.

Corroborando com a ideia da influência direta da escolaridade com a média salarial da população ocupada do Recanto das Emas, a PDAD 2015, nos revela que quase a totalidade da população recebe menos que cinco salários mínimos, caracterizando um grupo de renda baixa.

Em face à caracterização da população do Recanto das Emas, os dados revelam a fragilidade na estrutura socioeconômica de uma sociedade com grandes problemas urbanos, evidenciando alguns fatores de risco que são portas abertas para a inserção da violência. Os fatores de risco para Debarbieux e Blaya (2002) são axiomas que servem como subsídio para o levantamento de dados para prever os índices de violência juvenil, entre essas variáveis estão o baixo desempenho escolar, pais criminosos, baixa renda familiar e supervisão parental deficiente. Por outro lado, a não inserção da maior parcela dos moradores do Recanto das Emas, em instituições de ensino, associado ao baixo nível de escolaridade, ratificam a perpetuação da desigualdade social. Desta forma, deixando-os cada vez mais distantes de uma emancipação humana.

## **AÇÕES INTERVENTIVAS**

Na concepção da pesquisa-intervenção foram realizadas algumas ações, a fim de atender os objetivos da pesquisa no que tange os atos violentos contra professores no ambiente escolar. Desse modo, o processo de aplicação da pesquisa deu-se de forma a ser levantada uma discussão por perguntas pertinentes a essa caracterização, iniciando com o questionamento se os professores já sabiam os conceitos que permeiam o tema violência. A partir disso, foi proposta a análise das formas de agressão sofrida pelos professores da escola pública da Região Administrativa XV do Distrito Federal.

A intervenção *in loco* com os professores no ambiente escolar, valorizou o contexto histórico cultural dos docentes que colaboraram para elaboração desta pesquisa. É

interessante ressaltar que as experiências de agressões vividas pelos professores não ocorreram somente na atual escola de lotação desses profissionais. No entanto, a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal, todo final de ano letivo, publica um edital de remanejamento para professores e orientadores de seu quadro efetivo, interessados em mudar de unidade escolar, ou seja, esses professores já peregrinaram em outras escolas públicas do Distrito Federal, colecionando uma bagagem de experiência da prática educacional a ser valorizada nessa pesquisa.

O processo de aplicação da pesquisa deu-se de forma elaborada e participativa com os professores. Elencaremos as ações que foram desenvolvidas nesse processo de coleta de dados, os quais foram norteadores para a compreensão da realidade vivenciada pelos professores e posteriormente foco de análise e discussão das ações.

#### 1) Debate com os professores

O processo de debate foi conduzido pelo pesquisador sendo levantados os aspectos relevantes dos conceitos de violência numa abordagem voltada para a questão da agressão em âmbito escolar contra o professor. O debate ocorreu no dia da reunião coletiva da escola em questão – 14/10/2015 (numa quarta-feira, dia das reuniões coletivas dos professores da SEEDF). Os professores acharam relevante a proposta da pesquisa, por ser algo incisivamente recorrente e pouco debatido no ambiente de ensino.

A organização do ambiente era como uma mesa redonda de discussão em que todos os professores que participaram da reunião também participaram do debate de forma a elucidar e mencionar suas opiniões acerca da temática abordada. Contudo, o objetivo com o debate era aferir a sensação que tem acometido os professores na atual conjuntura no contexto educacional, além de perceber quais tipos de violência tem ocorrido com maior incidência.

Ainda com a proposta, tencionávamos levantar apontamentos sobre quais medidas de intervenção poderiam ser tomadas para lograr êxito na conscientização da importância no que concerne ao respeito ao cidadão. A discussão foi conduzida em torno de uma (01) hora, e nesse momento pude perceber que foi um momento de desabafo sobre as incoerências existentes no campo educativo, regida pelo um tom de descontentamento fomentado pela insegurança, medo, decepção e outros traumas vividos no decorrer dos anos de profissão.

#### 2) Questionário Individual

Em seguida, foi distribuído um questionário individual. O questionário consistia em conhecer os tipos de violências sofridos pelos professores, e compreender como se sentiam

ameaçados dentro do espaço escolar. Desta forma, as indagações solicitavam mencionar qual era a agressão sofrida, como se sentiram ao vivenciar tais violências, além de mensurarem as ações que tinham para se defenderem de tal situação. O ápice do questionário vem com a pergunta sobre o que podemos fazer para mudar tal realidade, sendo essa o foco da ação interventiva.

Esta intervenção foi aplicada no dia da reunião coletiva da escola em questão – 14/10/2015, e os professores demonstraram gostar da temática abordada, pois afirmaram que essas situações são corriqueiras no ambiente escolar. Eles levaram em torno de vinte minutos para preencher o questionário e não demonstraram dificuldades em responder, mas sim sentimentos de desabafo sobre as situações engendradas nesse processo. O questionário está descrito no Anexo I.

### 3) Vídeo

O vídeo (Módulo III – Atualizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Videoteca) foi apresentado na sala de coordenação, local em que ocorreu o debate, no mesmo dia supracitado (14/10/2015), e os professores estavam organizados em um círculo. O tema apresentado foi a “História dos Direitos Humanos” em que discorre sobre a trajetória dos Direitos Humanos e informa leis que originaram seu processo de consolidação no mundo contemporâneo em frente às nuances da relação entre o “eu” e o outro. O vídeo elenca a temática dos Direitos Humanos que está engendrado aos preceitos de violência intrínseca no panorama dos Direitos dos professores enviesando o aspecto de garantia de segurança. Vale ressaltar, que os participantes demonstraram interesse ao assistir o vídeo e mencionaram suas reflexões no que se refere à relação entre os Direitos Humanos (apresentado no vídeo) e a discussão, concomitante, sobre atos violentos contra os professores.

Em seguida, após o debate com o grupo de professores, o preenchimento do questionário individual e a apresentação do vídeo, iniciou-se o processo de análise e discussão sobre as ações interventivas, que por sua vez, foi conduzida por uma discussão lineada pela questão chave e norteadora, “o que podemos fazer para mudar esta realidade?”. Esta indagação serviu como eixo para elaboração de sugestões das ações para a erradicação e/ou medidas que amenizem a perversidade do fenômeno da violência, por meio da produção, da exposição e da reflexão de cartazes confeccionados pelos professores, que estavam divididos em quatro grupos de três.

Após a elaboração, os professores apresentaram os cartazes para os demais grupos com suas sugestões das ações que devem ser mudadas para inibir ou exaurir as agressões contra os professores, entretanto, dialogaram interpolando as ideias e fazendo reflexões. Esse momento foi muito produtivo, pois assim, foi dado ouvidos para várias vozes carregadas por riquíssimas e diferentes experiências, que contribuíram no processo de formulação da análise atos violentos vivenciados no espaço escolar.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO**

A análise e discussão foram elencadas por duas categorias baseadas na perspectiva de Bardin (1979), por meio de procedimento empírico e realização da análise das informações levantadas.

Na primeira categoria denominada de “Relatos de professores: agressões sofridas”, discorreremos sobre variadas experiências dos professores com as agressões em âmbito escolar, norteadas pelo questionário (anexo 01). A segunda categoria “A percepção dos professores para solução do problema”, contemplou, em cartazes produzidos pelos docentes, as contribuições e propostas dos professores para “frear” o avanço das agressões nos ambientes escolares. Esta reflexão foi pautada sob o viés do conceito desenvolvido por Abramovay, Calaf e Cunha (2009) que descortina a percepção de três tipos de violência: violência dura, incivildades ou microviolência e violência simbólica. Desta forma, vamos classificar os tipos de violência sofridos pelos professores que participaram do debate e da discussão, bem como responderam ao questionário proposto.

### **RELATOS DE PROFESSORES: AGRESSÕES SOFRIDAS**

Em relação aos resultados dos questionários que foram distribuídos individualmente para os professores, o que nos chama a atenção, é a quantidade de professores que já sofreram algum tipo de agressão. Dos 12 professores que participaram da pesquisa, todos foram vítimas de atos violentos por parte de alunos, e apenas um já havia sofrido assédio moral por parte de agente superior e outro vítima de mãe de aluno.

No entanto, o que chama a atenção sobre o professor que se diz vítima de assédio moral, é que ele relata que já sofreu vários tipos de agressões por parte de alunos, que vai desde ameaça de morte até danos ao seu patrimônio (pneus furados com faca e carro

rabiscado), mas o que mais o abalou foi a agressão cometida por parte de seu superior, que acabou lhe resultando em um estado clínico de depressão. Diante desse relato, percebe-se que algumas situações vivenciadas pelo professor assumem a visão de Abramovay, Cunha e Calaf (2009) que perpassa por atos de violência simbólica, até a caracterização de violência dura, pois dano ao patrimônio e ameaça de morte são caracterizadas como crime. Contudo, é importante ressaltar que as agressões cometidas contra os professores, nem sempre é arquitetada por parte dos alunos.

Outro caso que chama a atenção é de um professor que relata que no momento em que utilizava a lousa para registrar as informações de sua aula de matemática para os alunos, um aluno sentado em uma cadeira na última fileira da sala de aula, aproveitou o momento vulnerável do docente para mirar uma arma carregada em direção as suas costas, somente depois do restante da turma adverti o professor, é que ele se deu conta do que estava se passando em seu momento de regência. Mediante a descrição do professor, nota-se que o ato de violência sofrido ratifica a percepção de Abramovay, Cunha e Calaf (2009) que é o ato de violência dura que tipifica a questão de ameaça ao professor. No entanto, vale ressaltar a vulnerabilidade de todos os integrantes da comunidade escolar, concomitante, a banalização do mercado informal de armas pelas ruas das grandes cidades.

Em um dos questionários, uma professora aproveitou para desabafar a sua dor, de acordo com a docente após interpelar uma aluna que fazia o uso indevido de celular e, simultaneamente, fazia brincadeiras inadequadas em sala de aula, foi virilmente hostilizada pela aluna com palavras de baixo calão e preconceituosamente chamada de “velha idiota”.

O relato referido mensura a questão apresentada por Abramovay, Cunha e Calaf (2009) a ação de incivilidade que conglomera para ações de xingamentos e situações vexaminosas. Esta percepção corrobora com o que é reforçado por Silva e Salles (2010) quando se refere que a negação do outro demonstra a violação dos direitos humanos, e assim vincula-se a vários fatores que vislumbram a violência como desrespeito e, por sua vez, incidem na concentração de renda, desigualdade social, autoridade, dentre outros que permeiam o contexto social brasileiro.

Podemos destacar, também, nesse episódio a importância de trabalhar em sala de aula os princípios morais e éticos, aonde os alunos venham não só decorar os direitos humanos, mas sim, nutrir suas mentes e corações com valores para que em um futuro próximo, possamos ter um terreno propício ao desenvolvimento de uma cultura de respeito as pessoas.

Em meio aos questionários respondidos pelos professores, novamente temos outro episódio envolvendo o mau uso do celular em sala de aula. Segundo a professora, após questionar a aluna sobre o uso do celular em um momento totalmente inapropriado da aula, a aluna foi bastante ríspida com a professora, onde essa aplicou uma medida administrativa de advertência à aluna. A aluna insatisfeita com a ação da professora, comunicou sua mãe de imediato sobre o que estava acontecendo, logo em seguida, a mãe da aluna foi até a sala de aula da professora para ofendê-la verbalmente em retaliação ao ocorrido. A direção da escola ao tomar conhecimento do que estava se passando na escola, entrou em contato imediatamente com o batalhão escolar, que por sua vez, conduziram a mãe da aluna para a delegacia e essa foi autuada por agressão ao servidor público em exercício da função. Tal episódio está associado à visão de Abramovay, Cunha e Calaf (2009) com o conceito de incivilidade que incide na ofensa verbal, esse pensamento mostra o quanto à atitude da mãe da aluna incita e promove a violência dentro do âmbito escolar. Por outro lado, a professora poderia trabalhar com os alunos atividades de sua disciplina associadas ao uso do celular, utilizando, por exemplo, esse aparelho como buscas de pesquisas.

Um professor recorda que após informar seus alunos sobre a nota bimestral, um aluno de onze anos, inconformado com o seu rendimento ao longo do bimestre, levantou-se de sua cadeira e proferiu as seguintes palavras para o referido professor, “*se você não me aprovar, você vai ver o que vai acontecer*”. Outros dois professores, também, denunciam ser vítimas de ameaças por parte de alunos após serem informados de suas notas.

O fato informado discorre sobre a violência dura, de Abramovay, Calaf e Cunha (2009), pois a ação vem em tom de ameaça implícita de morte, e isso caracteriza a crescente onda de oportunismo em promover ações violentas contra os professores. No entanto, o que chama a atenção é o quesito nota ser pivô de tantas ameaças contra a vida dos professores e, com isso, podemos destacar também, o processo de avaliação que vem assumindo um papel diferente de sua essência. Moretto (2001) menciona que o aluno é reconhecido mediante seu êxito em avaliações e provas, caso contrário, ele é excluído do sistema nessa prática seletiva, tornando-se estigmatizado pelos professores. Contrapondo-se a esse pensamento, acreditamos que a avaliação deveria assumir um papel de subsidiar o caminho que promove a aprendizagem, dando suporte para o professor auxiliar o aluno em seu processo de construção do conhecimento.

Em outro momento, outro professor fala que um aluno o coagiu chamando-lhe de “*folgado*”, após o aluno ser questionado sobre a não realização do dever de casa. Segundo Abramovay, Calaf e Cunha (2009), as microviolências passam despercebidas no cotidiano das

instituições, que por sua vez, não são prevenidas e nem combatidas. Contudo, a microviolência tem o poder de promover a instabilidade da boa convivência. Por outro lado, pode-se pensar na questão de realizar projetos que contemplem ações que conduzam a promoção social, rementendo a um ambiente confortável e respeitável.

Em outra situação, uma professora discorre sobre a sua experiência em uma escola pública do Distrito Federal que atendia o programa de Correção Idade-Série desenvolvido. Sua fala retrata que havia vários casos de alunos com problemas relacionados com drogas e criminalidade. Constantemente, o batalhão escolar fazia revista em sala de aula e era comum encontrar em posse dos alunos drogas e armas brancas, como estiletes, pedaços de espelho e facas. A sua pior recordação sobre essa turma, veio com o surto de um aluno, após ser repreendido verbalmente pela coordenadora da escola. A professora lembra que nesse dia foi um corre-corre pelos corredores das escolas, e os professores tiveram que se trancar dentro de uma sala para fugirem do momento de ira daquele aluno. O ambiente escolar só voltou a normalidade com a chegada do batalhão policial.

Nas escolas que possui turmas exclusivas para a correção de idade-série, geralmente, ocorre muitos problemas, pois são turmas compostas por alunos que geralmente tem problemas com drogas ou já teve algum tipo de passagem pela polícia. No entanto, não existe nenhum trabalho diferenciado com esses alunos, visando combater as mazelas citadas acima (drogas e ocorrências policiais). As estratégias utilizadas são as mesmas com as turmas regulares. O episódio comentado pela professora afere a reflexão sobre a violência proposta por Abramovay, Cunha e Calaf (2009) que entrelaçam a agressão citada como violência dura que é caracterizada pela chegada sorrateira das drogas no ambiente escolar e concomitante servindo de porta de entrada para outros tipos de violência.

Essas incidências remetem a reflexão de uma remodelagem dos planos de ações interventivas que norteiam o processo educativo da escola. Há a necessidade de reflexões acerca dos projetos que viabilizem a interação entre escola, alunos e comunidade visando à formação de protagonistas sociais e um ambiente respeitável e harmonioso.

Em outros três casos, os professores se queixaram das constantes situações de coação praticadas pelos alunos, todas em tom de ameaça a vida, o que torna a profissão vulnerável e instável, em um ambiente escolar descontextualizado com a sua verdadeira missão: educar.

Seguindo o questionário, foi perguntado aos docentes sobre o que fizeram para se defenderem sobre os atos de agressões supracitados, apenas um professor falou que não tinha medo de ameaças, os outros professores encaminharam os problemas à Direção da escola e ao serviço de Orientação Educacional.

Sob a análise dessas ações desencadeadas no âmbito escolar, vale ressaltar a importância do trabalho na escola como um todo. Pascoal, Albuquerque e Honorato (2008) mensuram a importância do orientador educacional nos processos de proposição de subsídios para uma melhor avaliação do sistema educacional. Consoante a esse pensamento, o orientador juntamente com os demais profissionais da escola podem contribuir para a organização pedagógica e a dinamização na condução do ensino na escola, sobretudo, contribuindo para a diminuição das agressões no ambiente escolar.

Por fim, quando perguntados como se sentiam diante das diversas situações violentas, mensuradas acima, os professores responderam quase em sua totalidade, que emanavam sentimentos de: angústia, tristeza, impotência, desmotivação, insegurança e acuação, demonstrando o medo que os cercam, paulatinamente, em seu dia-dia. Mendes e Mousquer (2006) propõem estudos sobre a “vitimização simbólica, verbal e física” que vem ao encontro destas sensações descritas pelos professores. Destacamos, neste contexto, o que os autores ressaltam sobre o vínculo dos direitos humanos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que muitas vezes parece subjugar os professores ocasionando a impunidade dos alunos.

Os sentimentos que desmotivam e amedrontam os professores engendram mecanismos de distanciamento dos alunos, conforme afirmam Lobato e Placco (2007) sobre o rompimento dos laços que corroboram para a existência do afeto no contexto escolar, isso remete ao professor a ausência de vínculos emocionais, o que torna a profissão do educador mais como uma obrigação que um ato real de sua atuação educativa.

## **A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA**

Essa segunda parte do resultado da pesquisa emana da confecção de cartazes que estavam pautados sobre a seguinte questão: “o que podemos fazer para mudar esta realidade?”. A realidade vivenciada por professores que sofrem atos violentos no contexto escolar.

O primeiro grupo ao apresentar a sua colaboração, afirmou que uma das saídas para a problemática dependia da elaboração de leis eficazes, que vivessem a proteger o professor. Primeiramente, entendemos que a violência não é um problema estanque, que não ocorre somente na escola, é um fenômeno que permeia todos os segmentos da sociedade, como explica Pino Angel (2007, pag. 764), “Não se trata, bem entendido, de um fenômeno novo ou



exclusivo do Brasil, pois a história contemporânea, nacional e internacional, está semeada de acontecimentos violentos”.

Com isso, refletimos que cabe ao cenário político analisar e propor debates que elenquem ações de como minimizar os atos violentos que acontecem no contexto, em geral, mas em especial contra os professores, que é foco da pesquisa em questão. Os debates e as políticas públicas devem abarcar todos os segmentos sociais que são acometidos de violência. No que condiz a questão da agressão contra os professores, a comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem promovido debates, cujo objetivo entrevê estabelecer medidas de proteção aos professores e há também vários projetos e pesquisas que vislumbram ações pertinentes ao enfrentamento de atos violentos, no entanto, ainda precisamos de ações mais efetivas que alcancem diretamente os pátios da escola.

O segundo grupo, em suas reflexões, enfatizou a necessidade do trabalho permanente de conscientização de Direitos Humanos com a comunidade escolar (profissionais da educação, pais e alunos), além dos cursos para os professores voltados para resolução de conflitos. Isto evidencia que os professores reconhecem a importância da educação em Direitos Humanos, corroborando com o proposto por Eyng (2013) o qual ressalta a importância da superação do ato violento no contexto social, e alude que há ineficiência nas ações de enfrentamento às agressões nas escolas, mas se a escola propuser formas emancipatórias e transformacionais envolvendo todos os protagonistas da educação pode-se lograr êxito na inibição e minimização de atos violentos contra os professores.

Assim, defendemos que para promover as reflexões sobre os Direitos Humanos é necessário um trabalho sobre o Projeto Político e Pedagógico (PPP), que conforme assevera Hahn e Machado (2010), deve se preocupar em organizar o trabalho pedagógico e mediar à superação de conflitos, e assim sendo elencados projetos e ações que insiram no contexto escolar a filosofia e visão que estão intrínsecos na questão dos Direitos Humanos. Desta forma, envolvendo todos os profissionais da educação.

O terceiro grupo acerca das ponderações indicadas na discussão elencaram as políticas de valorização da carreira de magistério e a postura ética do professor em sala de aula como uma das saídas para a problemática da violência. A primeira emerge diante de um contexto social permeado por visões insignificantes sobre os educadores, além de desvalorização da carreira de magistério. Isso é algo que é uma pauta recorrente apontando responsabilidade ao poder público na implementação de políticas de valorização dos profissionais da educação, e sugere que na LDB há o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação, conforme menciona Dourado (2007).

O último grupo de professores em análise a discussão sobre uma saída para as questões de agressões, indicou que a escola deve buscar parcerias com outras esferas públicas, como Conselho Tutelar, Ministério Público, universidades, Polícia Militar. Essas parcerias trabalhariam com ações que implantassem e implementassem questões pertinentes a conscientização contra a violência. Podemos partir do pressuposto

Sudbrack e Vasconcelos (2008) afirmam que a rede social que pode ser formada na escola, é o conjunto de pessoas /instituições que podem auxiliar a instituição em projetos de intervenção. Vasconcelos (2008) propõe a formação de mapas em rede em que há quatro grupos que se consolidam no decorrer do processo de formação de auxílio às escolas. O primeiro grupo é a comunidade que é composta por associação de bairro, profissionais autônomos, sacerdotes, igrejas/trabalhos religiosos, clubes de serviços, Ongs, indústrias, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, empresários, comerciantes, outros. Já no segundo grupo, há a Assistência/Segurança formada por juízes conselheiros, polícia militar, patrulha escolar, Ministério Público. O terceiro grupo é Família, a qual é composta pelas famílias de alunos, famílias de professores e famílias de funcionários. Por fim, o grupo da Saúde é exemplificado pelos postos de saúde.

O autor engendra todos os protagonistas que compõem uma rede que promoverão a construção de um projeto de intervenção e, com isso, poderão ajudar a escola nas reflexões sobre a conscientização sobre a violência, além de associar uma visão de cultura de paz no ambiente escolar articulado com a comunidade, família, saúde e assistência/segurança.

Em concordância, percebemos no debate com os professores que eles acreditam que não existe apenas um personagem ou medida que solucionaria o problema da agressão nas escolas. Toda a comunidade educativa, os responsáveis políticos, as famílias são responsáveis por uma parcela que alicerça a pauta de reflexão sobre os aspectos que induzem a violência. A escola será a mola propulsora para a construção de um projeto que se consolide na visão ampla de fatores que venham contribuir ao combate de atos violentos no contexto escolar contra os professores. Esse olhar será enviesado aos sentimentos engendrados no ambiente escolar vivenciado pelos professores.

## **COMENTÁRIOS FINAIS**

O processo de análise e reflexão sobre o procedimento empírico para ações interventivas mostram o ambiente escolar permeado pelo medo, insegurança, insatisfação e descontentamento. O descortinamento da discussão e debate com professores permitiu

compreender que as situações de risco corroboram para a existência de um ambiente agressivo, observou-se que as vulnerabilidades sociais remetem a construção de um pensamento que afirma os atos violentos, como forma de empoderamento das fragilidades do outro.

Pascoal, Albuquerque e Honorato (2008) mencionam que a construção de um ambiente em que propicia uma educação ética e solidária, e para que isso ocorra os segmentos que imbricam a comunidade escolar, ou seja, direção, professores, alunos, família, todo profissional que permeia o contexto escolar precisa estar articulado em seus planos e projetos que implementam no percorrer do ano letivo na escola.

O questionário permitiu vislumbrar depoimentos de professores que apresentavam diversas situações de agressões, as quais emanavam sentimentos de: angústia, tristeza, impotência, desmotivação, insegurança e acuação. Demonstrando o medo que os cercam, paulatinamente, em seu dia-dia, e observou-se que em meio ao contexto de agressões contra os professores, podem ser criados e implantados mecanismos que ajudem a criar pensamentos e reflexões nos alunos que conglomerem para exaurir as ações agressivas, contudo proporcionando um ambiente tranquilo de respeito e tolerância.

Vale ressaltar que diante da gama de informações midiáticas, além de fatores empíricos que permeiam a questão da violência no ambiente escolar, emerge a necessidade de políticas públicas que elencam ações de proteção aos professores, através de redes de parcerias efetivas das escolas com o Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Universidades, Polícia Militar e Civil. Por outro lado, temos que trazer o mote de atos violentos contra os professores para “dentro” dos debates e discussões do cenário político brasileiro que vislumbram construir projetos que viabilizem ações protetivas aos professores.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. São Paulo: 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007). Acesso: 27/10/2015.

\_\_\_\_\_, Mirian. Entrevista: **Os tipos de violência**. Disponível em: [www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31:os-tipos-de-violencia&catid=18:entrevistas&Itemid=12](http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=31:os-tipos-de-violencia&catid=18:entrevistas&Itemid=12)>. Acesso em: 10/10/2015.

\_\_\_\_\_, Mirian; CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. 496 p. Bibliografia: p. 469-495.

\_\_\_\_\_, Mirian; CASTRO, Mary Castro; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Sousa; MARTINELLI, Cláudia da Costa. **Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Edições UNESCO BRASIL. Brasília: 2002.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

**A história dos Direitos Humanos**. United for the Human Rights. 2012. 9min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OW4SuWG5u2g>. Acesso em: 01/10/2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

CODEPLAN-DF. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Recanto das Emas – 2015**. Disponível em:

[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/pdad/2015/PDAD\\_Recanto\\_das\\_Emas\\_2015.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/PDAD_Recanto_das_Emas_2015.pdf). Acesso em: 29/09/2015.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1163-1178, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>. Acesso em: 09/10/2015.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Orgs.). **Violência nas Escolas – dez abordagens européias**. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128722por.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Violência nas escolas e políticas públicas**. UNESCO, 2002. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2014/08/28/pesquisa-poe-brasil-em-topo-de-ranking-de-violencia-contra-professores.htm>. Acesso em: 15/10/2015.

DOURADO, Luiz F. **Plano Nacional de Educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação**. In: FERREIRA, Naura C. Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Liber Livro, 2007, p. 21-50.

EYNG, Ana Maria. **Direitos humanos e violência nas escolas: desafios do trabalho em rede**. Paraná: 2013. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087191872013000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087191872013000200012&script=sci_arttext). Acesso em: 27/10/2015.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAHN, José Carlos; MACHADO, Evandro José. **A importância do projeto político pedagógico na educação escolar**. Disponível em: <http://www.ceap.br/artigos/ART13022011151619.pdf> acesso em: 28/10/2015.

LINHARES, Luciano Lempek; MESQUIDA, Peri; SOUZA, Laertes L. de ALTHUSSER: **A ESCOLA COMO APARELHO IDEOLÓGICO DE ESTADO**. Disponível em: [www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-204-05.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-204-05.pdf). Scielo. Acesso em: 07/10/2015.

LOBATO, Vivian da Silva; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **Concepções de professores sobre questões relacionadas à violência na escola**. São Paulo:2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752007000100006&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752007000100006&script=sci_arttext). Acesso em: 28/10/2015.

MATOS, Francisco Alex da Silva. **A violência contra os professores: saberes e práticas**. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/766ebcd59621e305170616ba3d3dac32.pdf>, acesso em 25/10/2015.

MENDES, Tania Maria; TORRES, Juliana Mousquer. **A vitimização de professores e a “alunocracia” na Educação Básica**. Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética segundo o protocolo 2006-373H. Os sujeitos que participaram da investigação assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. **A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico**. Campinas/SP, UNICAMP,201.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.93-122.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. **Violência na escola: identificando pistas para a prevenção**. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.7, n.13, p.119-134, 2003.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições**. Campinas:2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003). Acesso em: 27/10/2015.

PASCOAL, Mirian; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. **O orientador educacional no Brasil**. BeloHorizonte:2008.

PUZZO, Mirian Bauab. **Teoria dialógica da linguagem: o ensino da gramática na perspectiva de Bakhtin**. Disponível em:

[www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/65163/71563](http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/65163/71563)>. Acesso em: 16/10/2015.

**Resolução: estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=17810>, acesso em: 27/10/2015.

**Resolução: estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=17810>, acesso em: 27/10/2015.

SATO, Leny. Pesquisar e Intervir: encontrando o caminho do meio. In: CASTRO, L. R de e BESSET, V. L. (Orgs.) **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. NAU: Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leilla Maria Ferreira. **A violência na escola: abordagem teóricas e propostas de prevenção**. Curitiba:2010. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602010000500013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000500013). Acesso em:03/11/2015.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; VASCONCELOS, Mackil Lima. **Orientações metodológicas e instrumentos de intervenção: Mapa da Rede da Escola: mobilização da escola em rede para a prevenção do uso de drogas**. Disponível em:

<<http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F145715>> Acesso em:28/10/2015.

VASCONCELOS. M.L. **Avaliação das redes sociais da escola: uma estratégia de prevenção ao uso de drogas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Instituto de Psicologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

## **ANEXO I**

### **QUESTIONÁRIO**

1. Você já sofreu algum tipo de agressão ou se sentiu ameaçado dentro do espaço escolar?
2. O que aconteceu?
3. Como se sentiu?
4. E o que fez para se defender de tal situação?
5. O que podemos fazer para mudar esta realidade?